

ARI CUNHA

Visto, Lido e Ouvido

Parada no Orçamento
para salvar o País

O determinismo do presidente Collor em acertar com o plano econômico vai colocá-lo em luta contra todos, inclusive os estados que teimam em não aceitar as determinações do governo central. A posição da ministra Zélia em retaliar a Prefeitura de São Paulo é um gesto típico de quem age por conta e risco do que houver.

É verdade que se esse plano não der certo, a situação do País vai ser catastrófica, mas parece que ainda não é hora de kamikaze.

O Governo, entretanto, parece não entender assim, e deve ter sido por isso que o Diário Oficial editou o Decreto 21 que torna indisponíveis para movimentação e empenho parcelas das dotações constantes dos Orçamentos da União.

Só assim se poderia entender como o Governo coloca em indisponibilidade 90 ou cem por cento dos orçamentos no setor "investimento" ou "outras despesas de capital".

Dessa forma, as obras serão paralisadas, as construções não terão prosseguimento, e os ministros não terão literalmente nada a fazer, como será o caso do Ministério da Ação Social, atingido em cem por cento nessas rubricas.

Outros ministérios que estão na mesma situação são os da Educação, Trabalho e Saúde. Como em tudo há uma vírgula, o Art. 2º diz que o Ministério da Economia poderá liberar em todo ou em parte, conforme o caso.

Pelo que se vê, o domínio total do dinheiro fica em mãos de um só ministério, com direito a adotar as medidas que bem entender.

Esse decreto causou imenso pânico entre os empreiteiros ou fornecedores, já que deixa claro o fechamento de todas as torneiras, e há muita gente compromissada por conta de obras públicas.

Afora isso, há, ainda, a Medida Provisória 295 que sinaliza a duração do congelamento para pelo menos seis meses, desde que se encontra no artigo 15 a indicação de que reajustamentos em contratos firmados a partir de fevereiro só serão admitidos se o prazo de execução for superior a um ano, e a periodicidade dos reajustes não inferior a seis meses.